

CIDADE POROSA

Bruno Carvalho

Cidade porosa

Dois séculos de história cultural do Rio de Janeiro

TRADUÇÃO
Daniel Estill



Copyright © 2013 by Bruno Carvalho

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Título original

Porous City

Capa

Victor Burton

Foto de capa

Carnaval de 1940, RJ. Acervo do Museu da Imagem e do Som

Preparação

Sheila Louzada

Mapas

Sonia Vaz

Índice remissivo

Probo Poletti

Revisão

Ana Maria Barbosa

Carmen T. S. Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Carvalho, Bruno

Cidade porosa : dois séculos de história cultural do
Rio de Janeiro / Bruno Carvalho ; tradução Daniel Estill.
— 1^a ed. — Rio de Janeiro : Objetiva, 2019.

Título original: Porous City.

Bibliografia.

ISBN 978-85-470-0094-3

1. Rio de Janeiro (RJ) — Civilização 2. Rio de Janeiro (RJ) — História — Século 19 3. Rio de Janeiro (RJ) — História — Século 20 1. Título.

19-29278

CDD-981.531

Índice para catálogo sistemático:

1. Rio de Janeiro : Cidade : História 981.531

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

[2019]

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORAR SCHWARZ S.A.

Praça Floriano, 19, sala 3001 – Cinelândia
20031-050 – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 3993-7510

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/editoraobjetiva

instagram.com/editora_objetiva

twitter.com/edobjetiva

À memória de Nicolau Sevcenko

Sumário

<i>Mapas</i>	9
<i>Prefácio à edição brasileira</i>	13
<i>Prefácio à edição original</i>	23
Em busca do passado: Mapeando o Rio	29
1. No centro da capital imperial: Pântanos, febre amarela e festas ciganas	47
2. Um mestre na periferia de uma periferia: Música popular, bondes e a República	84
3. Além da belle époque: No limite de uma “cidade dividida”	122
4. Bairro afro-judeu e marco modernista.....	162
5. Escrevendo o “Berço do Samba”: Raça, rádio e o preço do progresso	201
6. É (quase) tudo verdade: A morte de um bairro e a vida dos mitos.....	249
Conclusão: O futuro revisitado: Para onde foi e para onde irá o passado?	276

Agradecimentos	307
Notas	311
Referências bibliográficas.....	365
Índice remissivo.....	393

1. No centro da capital imperial: Pântanos, febre amarela e festas ciganas

Quem conhece uma das cidades conhecerá todas, tão iguais são entre si, exceto onde a natureza dos terrenos não permite.

Thomas More.¹ A utopia

I

Em 1808, quando a corte portuguesa chegou ao Rio de Janeiro fugindo das tropas de Napoleão, encontrou uma cidade portuária com uma população entre 40 mil e 50 mil habitantes e um importante centro comercial de um país predominantemente rural.² Capital da colônia apenas desde 1763, o Rio de Janeiro não estava preparado para se tornar a capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, título obtido em 1815.³ Além da família real, o status recém-adquirido acarretou mudanças fundamentais: abertura dos portos para o comércio com mercados estrangeiros, criação do primeiro banco brasileiro e da imprensa, além de instituições como a Real Biblioteca, o Jardim Botânico e a Academia Imperial de Belas-Artes. Única cidade das Américas

a servir de sede do poder metropolitano, o Rio passou por um crescimento acelerado durante o período que se seguiu à chegada da corte. Em apenas doze anos, a população praticamente dobrou para cerca de 80 mil.⁴

A capital colonial se desenvolvera como uma cidade portuária. Localizada em uma baía naturalmente protegida e tranquila, estava conectada por rotas que levavam às regiões mineradoras do interior. O comerciante britânico John Luccock, morador do Rio de 1808 até 1818, observa que “quando a corte chegou [...] a cidade circunscrevia-se dentro de limites muito estreitos”.⁵ Era cercada pelo mar a nordeste e leste, pântanos a oeste e noroeste e morros por todos os lados. Apesar de deixarem a capital notoriamente protegida, esses limites naturais também restringiam as possibilidades de expansão — e o Rio permanece moldado das mais diferentes maneiras por suas peculiaridades geográficas até nossos dias.

D. João VI, o regente português, não teve alternativa a não ser ordenar o crescimento da cidade em direção aos pântanos de São Diogo. Em 1811, um decreto real estabeleceu incentivos para quem construísse sobre os terrenos pantanosos, que foram sendo gradualmente aterrados. Não eram permitidas casas de apenas um andar, as isenções aplicavam-se principalmente aos sobrados — casas maiores, com mais de cinco portas ou janelas nas fachadas.⁶ Passadas algumas décadas, parte dessas construções acabaria por se transformar nos infames e superlotados cortiços. De qualquer modo, foi assim que nasceu a área conhecida como Cidade Nova.

Além de ajudar a resolver uma grave crise habitacional, a medida para estimular as construções nessa área foi conveniente para a família real por outro motivo. Poucos meses após sua chegada, um rico traficante de escravos cedeu seu palácio no bairro semirrural de São Cristóvão, e d. João decidiu transferir a residência real

para lá. A propriedade, que viria a ser conhecida como Quinta da Boa Vista, ficava um pouco afastada da localização central do Palácio Real, para além dos pântanos ainda por drenar. O acesso era por mar ou por terra. Uma Cidade Nova aterrada reduziria consideravelmente o trajeto entre o centro administrativo e as residências reais de São Cristóvão e proporcionaria uma área para onde a cidade poderia crescer. Conforme atesta Luccock, em 1813, uma nova estrada “estava em andamento através dos pântanos a oeste da cidade, até a vila de São Cristóvão, onde a família real frequentemente se recolhia”.⁷

Em 1819, levava-se cerca de uma hora e meia até as residências reais, a partir do centro da cidade, pela tortuosa estrada de Mata-Porcos.⁸ Em torno de 1821, outro visitante observava que “A estrada para a Cidade Nova, sendo a rota diária da família real, [era] mantida em boa ordem”.⁹ Essa nova via conectava o centro da cidade à Quinta, atravessando toda a extensão da Cidade Nova, um trajeto de aproximadamente dois quilômetros.¹⁰ A estrada ficou conhecida como o caminho do Aterrado, ou caminho dos Lampiões, devido à instalação de lampiões a óleo de peixe. Sobre esse assunto, um impressionado reverendo Robert Walsh comentou, no final dos anos 1820: “[as] lâmpadas agora são suficientemente numerosas, e a cidade está tão bem guarnevida quanto a maioria das cidades do continente europeu”.¹¹

Observadores estrangeiros tinham uma percepção apurada sobre o Rio dividido entre Cidade Velha e Cidade Nova. O Campo de Santana, em homenagem à pequena capela de Santa Ana, construída durante o século XVIII na então periferia da cidade, marcava a fronteira entre elas. Foi nesse local que o filho de d. João, d. Pedro I, foi aclamado imperador, após declarar a Independência do Brasil, em 1822. Rebatizado oficialmente como Campo da Aclamação, tornou-se um lugar privilegiado da história

política e na formação cultural do Rio, como em breve passaremos a ver. A Cidade Nova começou a se desenvolver numa área adjacente ao Campo. Embora suas fronteiras viessem a ganhar contornos, durante boa parte da primeira metade do século XIX o nome “Cidade Nova” designava praticamente tudo que estivesse além dos limites da Cidade Velha, boa parte ainda consistindo de pântanos desabitados até a década de 1860. Um almanaque a definiria, mais rigidamente, como “o distrito compreendido entre o Campo da Aclamação e a rua de São Cristóvão”.¹²

É por sua localização central “acidental” que algumas menções nos chegaram sobre os primeiros tempos da Cidade Nova, especialmente em relatos de visitantes estrangeiros. Durante todo o século XIX, viajantes europeus em visita ao Rio eram com frequência convidados para estar com o rei e, mais tarde, com os imperadores d. Pedro I e d. Pedro II. Vários deles deixaram registros de suas impressões sobre o caminho para a Quinta da Boa Vista. Na ausência de outras fontes, as descrições desses visitantes nos dão alguma ideia de como a área se desenvolveu. Alguns anos após a passagem de Luccock pela capital, por exemplo, o reverendo Walsh observou: “Já agora, na memória das pessoas que lá residem, os avanços mais extensos e quase inacreditáveis foram feitos na cidade; — todo o espaço na região do Campo de Santa Anna era um pântano estagnado, agora drenado e coberto de ruas”.¹³

Os primórdios da Cidade Nova foram bastante auspiciosos. Em 1817, Luiz Gonçalvez dos Santos (mais conhecido como padre Perereca), defendendo seus interesses canônicos, insistia na construção de uma igreja “suntuosa” no centro do novo bairro, para “coroar e aformosear” seu crescimento recente. A pequena capela de Santa Ana, argumentava ele, tornara-se insuficiente para atender a uma parte da cidade onde “brilha[va]m tantas casas nobres e magníficas”.¹⁴

Mais contido, o pintor francês Jean-Baptiste Debret, que chegou à cidade em 1816 e aqui permaneceu durante toda a década de 1820, observou que as construções da Cidade Nova eram de “muito melhor gosto arquitetônico”¹⁵ que as da Cidade Velha.¹⁶ Um engenheiro e militar alemão asseverou, em meados da década de 1820, que a Cidade Nova ainda estava “em formação com ruas mais largas e retilíneas”, mas alegava que “nenhuma capital europeia pode gabar-se de possuir uma praça pública como a da Aclamação”.¹⁷ Na década seguinte, um proeminente historiador contemporâneo elogiou o aumento da população da área e sua beleza.¹⁸ Para os moradores da Cidade Nova, em especial aqueles que viviam mais distantes do Campo de Santana, as descrições exuberantes podiam, aparentemente, ocultar ao menos uma parte da realidade: o naturalista inglês Charles Bunbury escreveu sobre como os pântanos eram cobertos de todo tipo de lixo, incluindo animais mortos.¹⁹

Muitos dos primeiros planejamentos urbanos do Rio de Janeiro, cujo propósito era dar à cidade colonial um aspecto compatível com suas funções recém-adquiridas, procuraram capitalizar a localização geográfica da Cidade Nova. Preocupado com a drenagem, José Joaquim de Santa Anna, então arquiteto da corte e membro do Real Corpo de Engenheiros, propôs um projeto no qual o Campo de Santana era o ponto central. Em 1811, época em que foi escrito, a Cidade Nova representava uma promessa de urbanização de toda a cidade, a partir de uma espécie de tábula rasa. Uma vez que as ruas do bairro permaneciam sem pavimentação, por exemplo, poderiam facilmente incorporar novas técnicas para facilitar a drenagem.²⁰

Durante a década de 1820, o arquiteto francês Grandjean de Montigny elaborou uma série de projetos em linhas neoclássicas para modernizar o Rio de Janeiro.²¹ Em sua visão, a Cidade Nova

se desenvolveria a partir de um reformulado e monumental Campo de Santana, que ele qualificou como “fórum”.²² E, em 1843, o engenheiro Henrique de Beaurepaire-Rohan, empregando as tecnologias mais recentes de drenagem e pavimentação, foi responsável por planos urbanos que podem ser considerados os primeiros de fato comprehensivos na história da cidade.²³ O projeto de Beaurepaire-Rohan buscava integrar a Cidade Nova à Cidade Velha e ao Cais do Valongo. Uma via paralela à atual avenida Presidente Vargas, acompanhada de um ambicioso canal navegável, proporcionaria um novo eixo estrutural. Todas essas propostas imaginavam o crescimento da cidade para o oeste, em direção aos pântanos, e colocavam o Campo de Santana numa posição central para a capital. Ambos os planos também compartilhavam a preocupação em determinar um sistema de ruas em forma retilínea para a Cidade Nova. Isso remete à Baixa Pombalina, bairro central de Lisboa reconstruído após o terremoto de 1755. Incomum no contexto da urbanização portuguesa, projetos em formato de grade representavam um contraste notável com o desenho irregular das ruas da Cidade Velha.²⁴

Esses planos não seriam implementados e, embora tenham ecoado em intervenções urbanas posteriores, a maior parte de suas abrangentes visões para a cidade não se realizou. Não é inconcebível imaginar que o Campo de Santana pudesse ter assumido um papel comparável ao da Plaza Mayor, da Cidade do México, como palco de manifestações nacionais e centro simbólico, caso em que a Cidade Nova poderia ter se tornado um bairro muito diferente. Nas primeiras três décadas do século, afinal, importantes instituições foram instaladas ali, entre elas um quartel do Exército, o Senado e o Museu Real. Enquanto as duas últimas confirmavam os desígnios dos planejadores no sentido de reorientar o Centro do Rio, o quartel correspondia à posição de facto do Campo nos

limites periféricos da cidade: os espaços abertos eram ideais para os exercícios militares.²⁵

Como tantas vezes acontece, o futuro da cidade não ocorreu conforme as previsões e expectativas dos especialistas. Mesmo no início do século XIX, já ficava evidente que a aristocracia escolheria outras áreas ainda mais retiradas.²⁶ As chácaras de frente para o mar em Botafogo começaram a levar a cidade em direção à futura zona sul, até hoje preferida pelos mais ricos. Em meados do século, parecia menos provável que a Cidade Nova fosse se tornar uma área de elite, ou um bairro planejado conforme os mais recentes ideais urbanos europeus. O Rio de Janeiro, contrário aos anseios de alguns, jamais poderia ser uma cidade europeia. Da mesma forma como no Velho Mundo, era preciso lidar com os “indesejáveis”, entre os quais estavam os ciganos. O Rio, no entanto, também tinha de enfrentar doenças tropicais, e foi uma cidade definida, em todos os sentidos, pelo fato de ter a maior população urbana de escravizados das Américas.²⁷ Em diferentes graus, esses três elementos — ricos indo para a zona sul, a presença de “indesejáveis” e a população de escravizados — foram fundamentais para moldar o papel que a Cidade Nova ganharia na formação de uma cultura nacional brasileira.

II

Afora referências rápidas nas narrativas de viagem, a Cidade Nova não aparece com muita frequência na literatura ou nas histórias de meados do século XIX. Poucos moradores (ao menos entre os que escreviam e publicaram) tiveram preocupação em descrever, ou ao menos mencionar, a área — o célebre *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, de Joaquim Manuel de Macedo,

de 1862, a ignorou. Uma das primeiras exceções ocorre no hoje canônico *Memórias de um sargento de milícias*, obra que oferece uma fascinante perspectiva sobre como essa zona recém-habitada funcionaria dentro da geografia cultural e das cartografias letradas da cidade — um espaço percebido e representado como marginal, ainda que situado no centro geográfico.

A narrativa de Manuel Antônio de Almeida abre com uma frase declarativa que situa a ação num tempo específico e evoca a linguagem das fábulas: “Era no tempo do rei”. Enquanto o texto de imediato estabelece um *então*, o paratexto implica um *agora*. A publicação do romance em formato de folhetim, entre 1852 e 1853, no jornal *Correio Mercantil*, por si só reforça sua contemporaneidade. A aparição num meio voltado para os eventos contemporâneos, em outras palavras, indica a atualidade da história para o leitor da época.²⁸ Ao mesmo tempo, estabelece-se que a trama vai se desenrolar durante os anos do reinado de d. João, antes de seu retorno para Portugal, em 1821. Na segunda frase, um novo parágrafo, o narrador começa a também demarcar o terreno ao longo das linhas de um *aqui* contraposto a um *lá*: “Uma das quatro esquinas que formam as ruas do Ouvidor e da Quitanda, cortando-se mutuamente, chamava-se nesse tempo ‘o canto dos meirinhos’; e bem lhe assentava o nome, porque era aí o lugar de encontro favorito de todos os indivíduos dessa classe (que gozava então de não pequena consideração)”.²⁹

A escolha adverbial do *aí* em vez de *lá* ou *ali* sugere um local próximo ao leitor. O *aí* presume o *lugar onde você está*. Já não é mais o ponto de encontro dos meirinhos; portanto, não caberia o advérbio *aqui*, mas o texto introduz o sentido de que temos uma voz narrativa proveniente de um espaço central na cidade. O uso recorrente do pretérito enfatiza como as coisas costumavam ser, e talvez também funcione como um lembrete de como estavam

mudando rápido. O verbo no presente (“formam”) refere-se a coordenadas muito específicas que colocam a cena no encontro de duas das principais ruas da Cidade Velha, um ponto de referência conhecido dos leitores familiarizados com o Rio de Janeiro.³⁰ Nesse centro do passado, o narrador imediatamente evoca certo grau de ordem. Os leitores encontram, por exemplo, uma correspondência estável entre os nomes dos lugares e suas funções dentro da cidade colonial – algo que encontra eco na “ordem dos signos” do que Ángel Rama chama de “cidade ordenada”.³¹ Na época em que Manuel Antônio escreve, no entanto, ele já precisa explicar como o canto dos meirinhos ganhou seu nome. Assim, através de um deslocamento metonímico, o texto cria uma associação desse *aqui*, um lugar central, próximo aos leitores, com a lei – embora reconhecendo que seus representantes mais recentes (no primeiro reconhecimento direto de um *agora*) eram outros: “Os meirinhos de hoje não são mais do que a sombra caricata dos meirinhos do tempo do rei”.

À medida que o segundo parágrafo avança, o narrador se refere à dinâmica entre os meirinhos e seu “extremo oposto”, os desembargadores, e no processo articula um axioma revelador da literatura de Manuel Antônio de Almeida: “Ora, os extremos se tocam”. Em outras palavras, ele não cria uma dicotomia rígida, mas uma relação dialética entre forças opostas. Essa natureza dialética serve de base para uma leitura seminal do livro por Antonio Cândido. Em “Dialética da malandragem”, ele argumenta que, ao lado de um “primeiro estrato universalizante”, o trabalho de Manuel Antônio conta com um “segundo estrato [...] constituído pela dialética da ordem e da desordem, que manifesta concretamente as relações humanas no plano do livro”,³² organizado de acordo com as “intuições precisas” do autor sobre a realidade social do Rio de Janeiro no período.³³

As dinâmicas dessas relações humanas na ficção de Manuel Antônio, por sua vez, elucidam como os espaços urbanos do Rio foram vividos e internalizados ao longo do século. Na superfície, ou em um nível diegético, a Cidade Nova do romance está em conformidade com as representações esperadas de uma região periférica sob a perspectiva de uma cidade letrada, de um centro de produção de conhecimento, encaixando-se nos padrões usados pela imprensa e pela ficção do período para retratar o bairro. Uma análise mais atenta revela como o mapeamento da narrativa, ao mesmo tempo, desafia ou resiste a essas expectativas, deixando espaço para mais contato e intercâmbio entre “extremos opostos” do que deixa transparecer à primeira vista.

Avançando por alguns parágrafos no primeiro capítulo, o narrador coloca o leitor de volta a um lugar familiar: “Mas voltemos à esquina”. Lá, o dia a dia era previsível, quase um roteiro: “Quem passasse por aí em qualquer dia útil dessa abençoada época veria sentado em assentos baixos, então usados, de couro, e que se denominavam ‘cadeiras de campanha’, um grupo mais ou menos numeroso dessa nobre gente conversando pacificamente”. É desse universo que surge o pai do protagonista, Leonardo, uma figura apresentada sob luz pouco lisonjeira (“moleirão e pachorrento”), o que nos permite identificar um grau de ironia na suposta visão nostálgica daquela “abençoada época” e sua “nobre gente”. Leonardo era um imigrante português vindo para o Brasil que “jamais saía da esquina”, mas, uma vez que sua esposa infiel foge para Portugal com o capitão de um navio, ele abandona o filho e a promessa de uma vida estável.³⁴

O filho de Leonardo, que é o protagonista da história, foi criado por um padrinho e se envolve em todo tipo de aventuras que muitos críticos associam às narrativas picarescas da península

Ibérica.³⁵ Mas é o pai que proporciona nossa primeira excursão à periferia da cidade, numa passagem reveladora:

Lá para as bandas do mangue da Cidade Nova havia, ao pé de um charco, uma casa coberta de palha da mais feia aparência, cuja frente suja e testada enlameada bem denotavam que dentro o asseio não era muito grande. [...] Quase sempre estava essa casa fechada, o que a rodeava de um certo mistério. Essa sinistra morada era habitada por uma personagem talhada pelo molde mais detestável; era um caboclo velho, de cara hedionda e imunda, e coberto de farrapos.³⁶

Em contraste com a precisão da referência à Cidade Velha, o narrador de Manuel Antônio representa a Cidade Nova como algo vago e distante. Também fica “lá para as bandas”, o que parece posicionar sua voz como vinda do Centro, da cidade letrada do jornal e de seus presumidos leitores. Lá, ao contrário de *em ou ali*, indica uma distância tanto do enunciador quanto do receptor. Se assumirmos um ponto de vista a partir do Centro (como a Cidade Velha ficaria conhecida) – em outras palavras, do ponto de vista dos produtores de conhecimento letrado –, aqueles pântanos não são apenas marginais; são também perigosos e devem ser evitados a todo custo.

A linguagem do romance deixa claro os tipos de associações em jogo, previsivelmente negativas: feio, sujo, misterioso, sinistro. Embora na época de Manuel Antônio a área já houvesse se tornado consideravelmente mais urbanizada do que na época em que a história se passa, no texto essas vizinhanças abrigam a casa do “caboclo velho”, uma figura que acrescenta outros elementos ao campo semântico da Cidade Nova. O termo geralmente descreve alguém de ascendência mista indígena e europeia, e já foi utilizado de forma mais ampla para designar populações nativas

do Brasil. Também se aplica a entidades sobrenaturais, e há entre as variantes dos sistemas religiosos afro-brasileiros o candomblé de caboclo.³⁷ Associa-se o caboclo às zonas rurais do país, e esse, em particular, pratica feitiçaria, condenada no texto como uma “superstição” imoral, incivilizada e pertencente ao passado. O narrador ridiculariza os supostos poderes do caboclo, e o episódio reforça o que Jean Franco classificou como as “raízes raciais da magia”, “dependente da cartografia clichê que separa a Europa ‘racional’ do restante irracional”.³⁸

Sendo assim, os pântanos da Cidade Nova se revelam uma fronteira com o Brasil rural, “não racional”, onde a ordem aparentemente começa a se desfazer – numa reiteração do “conceito grego que opunha a polis civilizada à barbárie não urbanizada”.³⁹ A distinção de Certeau entre lugar (*lieu*) e espaço (*espace*) também se faz útil: lugar “implica uma indicação de estabilidade”, enquanto espaço “é composto por interseções de elementos móveis”.⁴⁰ O “canto dos meirinhos”, com seus oficiais “sentados”, apresenta-se como o lugar de onde a ordem emana, metonímia da cidade letreada a partir da qual o narrador, ostensivamente, conta a história. Só nos aventuramos para o exterior ou o periférico quando a vida de Leonardo entra em colapso. Leonardo vai em busca do caboclo e de seus poderes sobrenaturais “lá para as bandas” do Mangue devido a problemas com uma jovem por quem se apaixona — só que ela não é uma mulher qualquer, é uma “cigana”.

Após Leonardo conhecê-la, somos apresentados às suas festas, frequentemente interrompidas pelo major Vidigal, uma figura autoritária (baseada num personagem histórico bem conhecido, de mesmo nome) vinda direto do Centro, determinado a garantir o cumprimento da lei. O narrador faz questão de nos lembrar: “A casa da guarda era no largo da Sé”, na Cidade Velha.⁴¹ O padrão de autoridades do estado lidando com zonas periféricas e mora-

dores marginalizados de modo repressivo será uma nota familiar para quem conhece a história recente e as circunstâncias atuais da cidade. De qualquer modo, isso nos permite espacializar e mapear a leitura de Cândido sobre a dialética entre a ordem e a desordem na narrativa de Manuel Antônio. Em outras palavras, o polo de desordem corresponde precisamente à Cidade Nova, com seus caboclos, ciganos e festividades tentadoras, enquanto a autoridade e a lei emanam do centro da cidade, sede do poder real e militar.

O Brasil começou a receber os ciganos (um exônimo para povos roma), expulsos de Portugal — assim como de outros países europeus —, durante o século XVI.⁴² A atual praça Tiradentes, que para alguns constituía a fronteira entre a Cidade Nova e a Cidade Velha, era então chamada de Campo dos Ciganos.⁴³ A rua que conduz ao Campo de Santana era então a rua dos Ciganos. Com a expansão da cidade após a chegada da corte portuguesa, os acampamentos ciganos foram ainda mais afastados na direção da Cidade Nova.⁴⁴ Na década de 1830, os ciganos frequentavam o Campo de Santana, onde supostamente vendiam itens como joias falsificadas para fazendeiros ou visitantes do interior, que paravam no chafariz do Campo para que suas mulas e cavalos bebessem água.⁴⁵ Em 1885, sua associação ao bairro havia se cristalizado de tal forma que Alexandre José de Mello Moraes Filho nomeou seu compêndio de poesia popular cigana como *Cancioneiro dos ciganos: Poesia popular dos ciganos da Cidade Nova*.

Um contemporâneo de Manuel Antônio de Almeida, Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa, também incluiu os ciganos em seu *As tardes de um pintor; ou as intrigas de um jesuítá*, de 1847. Embora menos surpreendentes, as representações desse romance revelam os preconceitos de longa data contra os ciganos e os preconceitos crescentes contra a Cidade Nova. Um capítulo cujo título é “O